

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

AUDITORIA E COMPLIANCE

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AUDITORIA E COMPLIANCE

DISCIPLINA: GESTÃO DE CUSTOS E RISCOS OPERACIONAIS
RESUMO
De acordo com Viceconti e Neves (2013, p. 7), [...] [a] contabilidade financeira tem por objetivo controlar o patrimônio das empresas e apurar o resultado (variação do patrimônio). Ele deve também prestar informações a usuários externos que tenham interesse em acompanhar a evolução da empresa, tais como entidades financeiras que irão lhe conceder empréstimos, debenturistas e quaisquer pessoas que desejem adquirir ações da empresa (se ela for uma companhia aberta). Veremos, nesta disciplina que atualmente serve também para startups que precisam de financiamento. Essas empresas demonstram, por meio da contabilidade e com suas peças contábeis, em especial o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e a Demonstração de Fluxo de Caixa, como está a sua saúde financeira e quanto elas poderão render, de acordo com as projeções feitas.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE DE CUSTOS PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE APLICADOS A CUSTOS ESQUEMA BÁSICO DA CONTABILIDADE DE CUSTOS ESTRUTURA DA CONTABILIDADE DE CUSTOS
AULA 2 INTRODUÇÃO CLASSIFICAÇÃO DOS CUSTOS E DAS DESPESAS OBJETIVOS DA APURAÇÃO DOS CUSTOS CUSTO DE AQUISIÇÃO DEPARTAMENTALIZAÇÃO, CENTROS DE CUSTOS E RATEIO
AULA 3 INTRODUÇÃO MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DE ESTOQUES CUSTOS CONTROLÁVEIS E CUSTOS ESTIMADOS CONTROLE DE CUSTOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS CUSTOS PARA FINS FISCAIS
AULA 4 INTRODUÇÃO MÉTODO DE CUSTEIO DIRETO OU VARIÁVEL MÉTODO DE CUSTEIO BASEADO EM ATIVIDADES (ABC) ESTIMATIVA DE VENDAS E GIRO DE ESTOQUES CAPITAL DE GIRO E FLUXOS DE CAIXA
AULA 5 INTRODUÇÃO MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO PONTO DE EQUILÍBRIO MARGEM DE SEGURANÇA GRAU DE ALAVANCAGEM OPERACIONAL
AULA 6 INTRODUÇÃO MARK-UP

CONTROLE ORÇAMENTÁRIO
INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS
ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BIBLIOGRAFIAS

- MASON, R. Finanças para gestores não financeiros: aprenda em uma semana, lembre por toda vida. São Paulo: Saraiva, 2014. PRINCÍPIOS aplicados à contabilidade de custos. 1 Preparatório para Concursos Públicos, 18 jun. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6reroITr6hE>. Acesso em: 17 mar. 2021
- MARTINS, E. Contabilidade de custos. 11. ed. São Paulo: GEN; Atlas, 2018.

DISCIPLINA:

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

RESUMO

Ante o surgimento e organização da Administração Pública, que advém do século XVIII e XIX, quando o Estado deixou de ser absolutista e passou a ser Estado de Direito, separando os Poderes e estabelecendo conexões com vários ramos do direito, surgiram princípios e normativas para garantir a segurança ao direito do povo em relações particulares e públicas. Para entendermos melhor a grande máquina que se tornou a Administração Pública, devemos estudar de uma forma mais aprofundada os temas principais: centralização e descentralização; concentração e desconcentração; administração direta e indireta, por meio das autarquias; fundações públicas; empresas públicas; sociedades de economia mista; agências reguladoras; agências executivas e terceiro setor. Nesse contexto, destacamos que a centralização ocorre quando o Estado executa suas missões de maneira direta, por meio de seus órgãos e agentes que compõem sua estrutura. A descentralização, por sua vez, ocorre quando o Estado executa suas missões de maneira indireta, delegando-as a outras entidades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
ATOS ADMINISTRATIVOS
PRINCÍPIOS E RESPONSABILIDADES DO DIREITO ADMINISTRATIVO
PODERES ADMINISTRATIVOS
CLASSIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

AULA 2

INTRODUÇÃO
PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO
MODALIDADES DA LICITAÇÃO
EXCLUDENTES DE LICITAÇÃO
REVOGAÇÃO, INVALIDAÇÃO E DESISTÊNCIA DA LICITAÇÃO

AULA 3

INTRODUÇÃO
CONTRATOS, CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS
TIPOS DE CONTRATO
CLÁUSULAS OBRIGATÓRIAS
EXECUÇÃO E INEXECUÇÃO CONTRATUAL

AULA 4

INTRODUÇÃO
O MERCADO ECONÔMICO E GESTÃO DE CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
GESTÃO DE CONTRATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ASPECTOS IMPORTANTES SOBRE GESTÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS
A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

AULA 5

INTRODUÇÃO
PRINCIPAIS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
ASPECTOS IMPORTANTES AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E A LEI N.
8.666/93
EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
BENS PÚBLICOS

AULA 6

INTRODUÇÃO
CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
TERCEIRO SETOR – LEI N. 13.019/2014
CONTROLES E PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E OUTRAS LEGISLAÇÕES PERTINENTES À
GESTÃO E À FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS

BIBLIOGRAFIAS

- CARVALHO, M. Manual de Direito Administrativo. 5. ed. Salvador, BA: Editora Juspodium, 2017.
- DI PIETRO, M. S. Z. Direito Administrativo. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- FILHO, J. dos S. C. Manual de Direito Administrativo. 27. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

DISCIPLINA:

CONTROLE INTERNO, EXTERNO E AUDITORIA GOVERNAMENTAL

RESUMO

Nesta abordagem, compreenderemos a finalidade do Estado Federativo no Brasil, a estrutura da Administração Pública, as políticas públicas com o planejamento orçamentário, como também a gestão e a execução do orçamento público, no Brasil, os principais aspectos do Estado Federativo, sua atuação e sua importância, na prática.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A ESTRUTURA BUROCRÁTICA
POLÍTICAS PÚBLICAS E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE DA
SOCIEDADE
A POLÍTICA E O PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO NO BRASIL
A EXECUÇÃO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA NO BRASIL

AULA 2

INTRODUÇÃO
O CONTROLE INSTITUCIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
AS ESPECIFICIDADES E OS PRINCÍPIOS DO CONTROLE
OS PRINCÍPIOS LEGAIS NORTEADORES DO CONTROLE
CONCEITO E PRINCÍPIOS DO CONTROLE INTERNO

AULA 3

INTRODUÇÃO
OBJETIVOS DO CONTROLE INTERNO
MODELOS DE REFERÊNCIA PARA CONTROLE INTERNO
FUNÇÕES, OBJETIVOS E FINALIDADES DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO

A LEGISLAÇÃO ACERCA DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO

AULA 4

INTRODUÇÃO

O CONCEITO DA METODOLOGIA DE QUALIDADE DO PDCA NOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO

AS ETAPAS DE APLICAÇÃO DA METODOLOGIA PDCA NOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO

A ORIGEM E METODOLOGIA COSO DE CONTROLE INTERNO

OS OBJETIVOS DA METODOLOGIA COSO

AULA 5

INTRODUÇÃO

A RELAÇÃO E A INTERAÇÃO ENTRE AUDITORIA E CONTROLADORIA

AUDITORIA GOVERNAMENTAL INTERNA E EXTERNA

LIMITES NA AUDITORIA GOVERNAMENTAL

O PLANEJAMENTO NA AUDITORIA GOVERNAMENTAL

AULA 6

INTRODUÇÃO

O CONTROLE EXERCIDO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO E PELA SOCIEDADE

A TRANSPARÊNCIA E O ACCOUNTABILITY NA GESTÃO PÚBLICA

A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E A RESPONSABILIDADE NA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS

A GOVERNANÇA E CONTROLE NA GESTÃO PÚBLICA

BIBLIOGRAFIAS

- ABRAHAM, M. Curso de direito financeiro brasileiro. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora Forence. 2021.
- BUCCI, M. P. D. Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas. São Paulo: Ed. Saraiva, 2021.
- DARVICH, A.; DIAS, J. C.; SIMÕES, S. A. de S. Direito, políticas públicas e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método; Belém: Cesupa, 2013.

DISCIPLINA:

GOVERNANÇA CORPORATIVA

RESUMO

A governança corporativa, segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas. Ao longo dos anos, a evolução dos modelos de gestão das empresas passou a sugerir melhorias na combinação dos recursos e retornos aos investidores. Em determinados momentos, essas situações foram amplamente questionáveis, e o que se evidenciou é que nem sempre os comportamentos das pessoas, e por consequência das organizações, foram ao encontro do atendimento de interesses amplos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

FORMAÇÃO DAS EMPRESAS E A TEORIA DA AGÊNCIA

CONCEITOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

8 PS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

ABORDAGEM DE STAKEHOLDERS

GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES MODERNAS

AULA 2

INTRODUÇÃO
GOVERNANÇA E OS MARCOS HISTÓRICOS
GOVERNANÇA NO MUNDO
GOVERNANÇA CORPORATIVA NO BRASIL
AS CONDIÇÕES DAS EMPRESAS PARA A GOVERNANÇA NO BRASIL
A GOVERNANÇA E AS EMPRESAS FAMILIARES

AULA 3

INTRODUÇÃO
A ESTRUTURA DE GOVERNANÇA
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
O COMITÊ DE AUDITORIA
CONDUTA E ÉTICA NOS NEGÓCIOS
IMPLEMENTANDO E APLICANDO PROCESSOS EFICAZES DE GOVERNANÇA

AULA 4

INTRODUÇÃO
GOVERNANÇA E MERCADO FINANCEIRO
GOVERNANÇA E INOVAÇÃO
GOVERNANÇA E OS RISCOS CIBERNÉTICOS
GOVERNANÇA E AS EMPRESAS ESTATAIS
TENDÊNCIAS PARA A GOVERNANÇA CORPORATIVA

AULA 5

INTRODUÇÃO
PRINCÍPIOS DE COMPLIANCE
FERRAMENTAS DE COMPLIANCE
PROCEDIMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO
PROGRAMAS DE COMPLIANCE
GOVERNANÇA CORPORATIVA E COMPLIANCE

AULA 6

INTRODUÇÃO
COMPLIANCE FISCAL E TRIBUTÁRIO
COMPLIANCE CONCORRENCIAL
COMPLIANCE EMPRESARIAL E BANCÁRIO
COMPLIANCE DIGITAL
COMPLIANCE TRABALHISTA

BIBLIOGRAFIAS

- ALENCASTRO, M. S. C.; ALVES, O. F. Governança, Gestão Responsável e Ética nos negócios. Curitiba: InterSaberes, 2017.
- BLOK, M. Compliance e Governança Corporativa. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2017.
- IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Código das melhores práticas de governança corporativa. 5. ed. São Paulo: IBGC, 2015.

DISCIPLINA:
PLANEJAMENTO E CONTROLE FINANCEIRO

RESUMO

A Administração Financeira, apesar de tratar de todas as áreas que necessitam de controle financeiro, não tem relação direta com questões de finanças pessoais ou corporativas. Ou seja, quando tratamos de relações humanas, comerciais ou produtivas, administrar finanças não se trata da dinâmica de cada uma delas, e sim, da parte quantitativa, tanto de

viabilidade e lucratividade, quanto de prejuízo. O mais importante é que o administrador financeiro tenha noção do valor do dinheiro em diferentes circunstâncias, e para isso dominar as principais ferramentas de cálculo financeiro é essencial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONCEITOS GERAIS
O ADMINISTRADOR FINANCEIRO
FERRAMENTAS DE CÁLCULO FINANCEIRO
CALCULADORAS FINANCEIRAS – A HP-12C
FERRAMENTAS DE PROJEÇÃO FINANCEIRA

AULA 2

DECISÕES FINANCEIRAS NAS CORPORAÇÕES
PROJEÇÕES DE RECEITA
RECEITA E SAZONALIDADE
PROJEÇÕES DO BALANÇO FINANCEIRO E FLUXO DE CAIXA
A FUNÇÃO FINANCEIRA NAS EMPRESAS

AULA 3

PONTO DE EQUILÍBRIO OPERACIONAL
CUSTOS FIXOS E VARIÁVEL
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO
GRAU DE ALAVANCAGEM OPERACIONAL (GAO)
GRAU DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA (GAF)

AULA 4

GESTÃO DO CAPITAL DE GIRO
MATÉRIA-PRIMA E O ESTOQUE EXCEDENTE
EFICIÊNCIA DE GIRO E ESTOQUE
INDICADORES FINANCEIROS
ÍNDICES FINANCEIROS

AULA 5

ANÁLISE DE INVESTIMENTOS
CUSTOS EM INVESTIMENTOS
CÁLCULO E MENSURAÇÃO DOS CUSTOS EM INVESTIMENTOS
CUSTO MÉDIO PONDERADO DE CAPITAL
VAUE (VALOR ANUAL UNIFORME EQUIVALENTE)

AULA 6

VALOR PRESENTE LÍQUIDO (VPL)
TAXA INTERNA DE RETORNO (TIR)
TIR INCREMENTAL
PAYBACK SIMPLES
PAYBACK ATUALIZADO

BIBLIOGRAFIAS

- CONHECENDO a calculadora HP-12C. Portal Administração. Disponível em: <http://www.portal-administracao.com/2014/02/conhecendo-calculadorahp12c.html>. Acesso em: fev. 2016
- CHIAVENATO, I. Gestão financeira: uma abordagem introdutória. 3. ed. Barueri: Manole, 2014.
- ANDRICH, E. G.; CRUZ, J. A. W. Gestão financeira moderna: uma abordagem prática. Curitiba: InterSaberes, 2013.

DISCIPLINA:

AUDITORIA E CONTROLES INTERNOS
RESUMO
Para iniciarmos nossa disciplina, devemos retornar ao passado e entender um pouco sobre a história da auditoria e a sua evolução ao longo do tempo. Conforme Maffei (2015), a palavra auditoria é originada do latim audire, que significa “ouvir” – o que se relaciona diretamente com a essência dessa atividade.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO CONTROLES INTERNOS POSICIONAMENTO DA AUDITORIA INTERNA ABRANGÊNCIA DE ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA NORMAS DE AUDITORIA INTERNA
AULA 2 INTRODUÇÃO CÓDIGO DE ÉTICA PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DO AUDITOR INTERNO QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO AUDITOR INTERNO CAPACITAÇÃO CONTINUADA DO AUDITOR INTERNO
AULA 3 INTRODUÇÃO PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS DE AUDITORIA INTERNA RISCOS DE AUDITORIA INTERNA AMOSTRAGEM EVIDÊNCIAS E TESTES EM AUDITORIA INTERNA
AULA 4 INTRODUÇÃO EXECUÇÃO DO TRABALHO DE AUDITORIA INTERNA COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS DA AUDITORIA ACOMPANHAMENTO DAS PROVIDÊNCIAS TOMADAS DOCUMENTAÇÃO DA AUDITORIA: PAPÉIS DE TRABALHO
AULA 5 INTRODUÇÃO ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO E DA ÁREA DE AUDITORIA AUTOMAÇÃO DOS PROCESSOS DE AUDITORIA INTERNA GESTÃO DA AUDITORIA INTERNA PLANEJAMENTO GLOBAL DA AUDITORIA INTERNA
AULA 6 INTRODUÇÃO GERENCIAMENTO DE RISCOS CORPORATIVOS (GRC) O PAPEL DA AUDITORIA BASEADA EM RISCOS - ABR AUDITORIA INTERNA E GOVERNANÇA CORPORATIVA AUDITORIA INTERNA E O COMITÊ DE AUDITORIA
BIBLIOGRAFIAS
<ul style="list-style-type: none">● ATTIE, W. Auditoria: conceitos e aplicações. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.● CORDEIRO, C. M. R. Auditoria interna e operacional: fundamentos, conceitos e aplicações práticas. São Paulo: Atlas, 2013.● COSTA, R. S. Curso de Auditoria Interna. Rio de Janeiro: CRCRJ, 2015.
DISCIPLINA:

COMPLIANCE E POLÍTICAS ANTICORRUPÇÃO
RESUMO
Embora os processos da Lava-Jato ainda estejam longe de chegar ao fim, este é o momento propício para mobilizar a sociedade na luta contra a corrupção. Esperar pode significar perder a janela de oportunidade que a operação criou ao abrir os olhos da população para a dimensão do problema. (Dallagnol, 2017, p. 14)
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO RECENTES EXEMPLOS INTERNACIONAIS O BRASIL NO CENTRO DA CORRUPÇÃO MEDIDAS DISRUPTIVAS E A OPERAÇÃO LAVA JATO O SISTEMA ANTICORRUPÇÃO
AULA 2 INTRODUÇÃO ORIGENS MORAIS E ÉTICAS DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS ACERCA DO TEMA COMPLIANCE PÚBLICO COMPLIANCE PRIVADO
AULA 3 INTRODUÇÃO ASPECTOS PERTINENTES DA LEI N. 13.303/2016 A LEI N. 19.857/2019 DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGOS DE ÉTICA E CONDUTA DIFICULDADES E DESAFIOS DO AMBIENTE PÚBLICO
AULA 4 INTRODUÇÃO ABRANGÊNCIA DA NORMA DOS ATOS CONSIDERADOS LESIVOS DAS SANÇÕES E CONDICIONANTES PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO - PAR E O ACORDO DE LENIÊNCIA
AULA 5 INTRODUÇÃO O DESENVOLVIMENTO DA GOVERNANÇA PÚBLICA GOVERNANÇA PÚBLICA GOVERNANÇA PÚBLICA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO GOVERNANÇA PÚBLICA: PRINCÍPIOS E COMPLIANCE
AULA 6 INTRODUÇÃO O COMPLIANCE OFFICER AVALIANDO UM PROGRAMA DE COMPLIANCE GESTÃO DE RISCOS MODALIDADES DE COMPLIANCE
BIBLIOGRAFIAS
<ul style="list-style-type: none">● UNAMA – Universidade da Amazônia. A Carta de Pero Vaz de Caminha. Disponível em: https://docente.ifrn.edu.br/paulomartins/livros-classicos-deliteratura/a-carta-de-pero-vaz-de-caminha-em-pdf. Acesso em: 12 ago. 2019.● UN – UNITED NATIONS. General Assembly Resolutions. Disponível em:

<https://www.un.org/en/sections/documents/general-assemblyresolutions/index.html>.

Acesso em: 12 ago. 2019.

- ZILLOTTO, M. M; CASTRO, R. P. A. Compliance nas contratações públicas: exigência e critérios normativos. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

DISCIPLINA:
CONTROLADORIA

RESUMO

A ciência contábil é a ciência que estuda o patrimônio das entidades. Ela tem a finalidade de gerar informações úteis para a tomada de decisão dos usuários, sejam eles internos ou externos à organização. Em outras palavras, seu objetivo é “o de permitir a cada grupo principal de usuários a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras” (Marion, 2018, p. 5). Para tanto, cabe à contabilidade “captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente [...]” (Iudícibus et al., 2019, p. 1). Para que possamos compreender o papel da controladoria em uma organização, Frezatti et al. (2009) sugerem, inicialmente, o entendimento de que toda organização possui stakeholders, isto é, está inter-relacionada com aquelas entidades, pessoas físicas ou jurídicas, que possuem algum tipo de interesse na organização.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

A CONTROLADORIA NAS ORGANIZAÇÕES E SUAS ATRIBUIÇÕES

GOVERNANÇA E ACCOUNTABILITY

CONTROLADORIA ESTRATÉGICA

CRIAÇÃO DE VALOR

AULA 2

INTRODUÇÃO

CONTROLE INTERNO

SISTEMAS DE INFORMAÇÕES E O SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL E SEUS SUBSISTEMAS

CONTROLE, AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E PLANEJAMENTO

AULA 3

INTRODUÇÃO

CENTROS DE RESPONSABILIDADE

CUSTO-PADRÃO

VARIAÇÕES DO CUSTO-PADRÃO

CONTABILIDADE DE CUSTOS E A GESTÃO ESTRATÉGICA DE CUSTOS

AULA 4

INTRODUÇÃO

SISTEMA ORÇAMENTÁRIO

TIPOS DE CONTROLES ORÇAMENTÁRIOS

METODOLOGIAS PARA A ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTOS

ORÇAMENTO DE CAPITAL

AULA 5

INTRODUÇÃO

VALOR PRESENTE LÍQUIDO E ÍNDICE DE LUCRATIVIDADE

TAXA INTERNA DE RETORNO

PAYBACK

TAXA MÍNIMA DE ATRATIVIDADE

AULA 6

INTRODUÇÃO

ECONOMIC VALUE ADDED

MARKET VALUE ADDED

EARNING BEFORE INTEREST, RATES, TAXES, DEPRECIATION AND

AMORTIZATION

BALANCED SCORECARD

BIBLIOGRAFIAS

- IBGC – INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. O que é Governança corporativa. Disponível em: <https://www.ibgc.org.br/conhecimento/>. Acesso em: 28 jun. 2020.
- IUDÍCIBUS, S. et al. (Coord.). Contabilidade introdutória. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- MARION, J. C. Contabilidade empresarial: instrumentos de análise, gerência e decisão. 18 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

DISCIPLINA:
DIREITO EMPRESARIAL

RESUMO

O direito é instrumento por meio do qual a sociedade se organiza. Segundo Hobbes, o homem vivia em um estado de natureza. Trata-se de uma situação hipotética por meio da qual os homens experimentam liberdade plena, pois estavam organizados apenas sob as leis da natureza. Basicamente, era a lei do mais forte subjugando os mais fracos. Todavia, com o advento da propriedade, o homem precisou que suas relações fossem tuteladas, evitando a barbárie e a autotutela. Essa ideia de anterioridade não guarda relação com períodos históricos, por certo. Isso porque o estado de natureza hobbesiano e o surgimento do estado civil são metáforas que visam explicar o período pré-social da humanidade. Com o advento do conceito de propriedade, portanto, o homem precisou sair do estado de natureza e dar início a um Estado Civil. E aí que surge o conceito de Estado como agente controlador das relações humanas. Thomas Hobbes, conhecendo a tendência natural à violência do ser humano, eternizou a célebre frase "o homem é lobo do homem", pois, para ele, em decorrência do seu intelecto, o homem dominou a natureza, mas encontrou no caminho outros homens, seus rivais, verdadeiros predadores naturais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

VÍDEO 1 AO VÍDEO 4

AULA 2

VÍDEO 1 AO VÍDEO 4

AULA 3

VÍDEO 1 AO VÍDEO 4

AULA 4

VÍDEO 1 AO VÍDEO 4

AULA 5

VÍDEO 1 AO VÍDEO 4

AULA 6

VÍDEO 1 AO VÍDEO 4

BIBLIOGRAFIAS

- EFING, A. C.; QUEVEDO, J. P. O dever de informar o consumidor face à emergência dos produtos nanotecnológicos. Revista Direitos Fundamentais & Democracia (UniBrasil), v. 23, p. 5-27, 2018.
- CARVALHO JUNIOR, M. R. Direito processual ambiental. Curitiba: InterSaberes, 2013.
- BRANCHIER, A. S. H.; MOTTA, F. P. Direito empresarial. Curitiba: InterSaberes, 2012.

DISCIPLINA:
GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

RESUMO

Atualmente, é evidente que nada pode trabalhar sem uma quantidade significativa de informação. Fazer a gestão da informação eficiente gera inteligência competitiva, tanto em organizações privadas quanto em instituições públicas. A ação de transformar dados em informações relevantes aumenta a qualidade da tomada de decisões nas instituições, colocando-as, conseqüentemente, em patamares mais competitivos. Em uma empresa que deseja gerenciar melhor sua cadeia de suprimentos, é preciso haver recursos de Business Intelligence para determinar onde estão ocorrendo atrasos e onde existem variações no processo de envio. Essa empresa também pode usar seus recursos de BI para descobrir quais produtos estão mais comumente atrasados ou quais meios de transporte estão mais frequentemente envolvidos em atrasos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DO BI
OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS
GESTÃO EFICIENTE
ERP, CRM E BPM
PILARES DO BI

AULA 2

POR QUE PROJETO DE DW?
ARQUITETURA
ROTEIROS DE MODELAGEM
METADADOS
ESTUDO DE CASO

AULA 3

CONCEITOS, DEFINIÇÕES E SURGIMENTO
IMPORTÂNCIA DA MINERAÇÃO DE DADOS
DATA MINING NA INDÚSTRIA 4.0
COMO APLICAR DATA MINING EM UM AMBIENTE DE NEGÓCIO?
SOFTWARES PARA MINERAÇÃO DE DADOS

AULA 4

CONCEITOS E DEFINIÇÕES
DIFERENÇA ENTRE REENGENHARIA DE PROCESSOS E METODOLOGIA DE GERENCIAMENTO DE PROCESSOS
PASSOS PARA A REALIZAÇÃO
CICLO PDCA
ESTUDO DE CASO

AULA 5

SIGNIFICADO DE BENCHMARKING
TIPOS DE BENCHMARKING
UM ALIADO DO MARKETING
APRENDENDO COM A CONCORRÊNCIA

PASSO A PASSO

AULA 6

LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES
IDENTIFICAR AS FONTES DE DADOS
FERRAMENTAS
RETROAÇÃO
BI COMPETENCY CENTER

BIBLIOGRAFIAS

- BONEL, C. Afinal, o que é Business Intelligence?. 2. ed. Rio de Janeiro: Clube de Autores, 2017.
- TURBAN, E. et al. Business Intelligence: um enfoque gerencial para a inteligência do negócio. Tradução de Fabiano Bruno Gonçalves. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- TURBAN, E.; VOLONINO, L. Tecnologia da Informação Para Gestão. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

DISCIPLINA:
FINANÇAS CORPORATIVAS

RESUMO

Nesta disciplina vamos explorar temas que envolvem as finanças corporativas e o mercado de capitais. Primeiramente, abordamos os elementos das finanças corporativas (origem das finanças, abrangência e mercado de trabalho) e, na sequência, mostramos os mercados financeiros primários e secundários e as formas de negociação (como funciona cada um desses mercados). Por último, mostramos hipóteses, teorias e modelos que sustentam esse mercado (hipóteses de mercados eficientes – HME, teoria da agência, assimetria de informação e modelo de precificação de ativos – CAPM).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ELEMENTOS DE FINANÇAS CORPORATIVAS
MERCADO FINANCEIRO: PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO E FORMAS DE NEGOCIAÇÃO
HIPÓTESE DE MERCADOS EFICIENTES (HME)
TEORIA DA AGÊNCIA E ASSIMETRIA DE INFORMAÇÃO
MODELO DE PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS (CAPM)

AULA 2

DECISÕES DE INVESTIMENTOS E DIMENSIONAMENTO DOS FLUXOS DE CAIXA
CUSTO DE CAPITAL DE TERCEIROS
CUSTO DE CAPITAL PRÓPRIO
CUSTO MÉDIO PONDERADO DE CAPITAL (WEIGHTED AVERAGE COST OF CAPITAL)
FLUXOS DE CAIXAS INCREMENTAIS

AULA 3

TIPOS DE POLÍTICAS DE DIVIDENDOS
RELEVÂNCIA E IRRELEVÂNCIA DOS DIVIDENDOS
LIQUIDEZ, SINALIZAÇÃO E OUTRAS CONSIDERAÇÕES NA POLÍTICA DE DIVIDENDOS
CONFLITO DE AGENTES E CAIXA DISPONÍVEL PARA DIVIDENDOS
PRÁTICA LEGAL DA DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS, BONIFICAÇÕES, JUROS SEM CAPITAL PRÓPRIO (JSCP)

AULA 4

FONTES DE FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO: UTILIZAÇÃO DE CAPITAL PRÓPRIO
FONTES DE FINANCIAMENTO A LONGO PRAZO: UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE

TERCEIROS
ESTRUTURA DE CAPITAL: CONCEITOS BÁSICOS
ESTRUTURA DE CAPITAL: AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO E DA
ESTRUTURA DE CAPITAL
DIFICULDADES FINANCEIRAS, ENDIVIDAMENTO E AVALIAÇÃO

AULA 5

MERCADO DE CAPITAIS
VALORES MOBILIÁRIOS
MERCADO DE CAPITAIS E AS EMPRESAS
A BOLSA DE VALORES NO BRASIL E NO MUNDO
NEGOCIAÇÕES COM AÇÕES NA BM&FBOVESPA

AULA 6

ANÁLISE FUNDAMENTALISTA DE AÇÕES
ANÁLISE MACROECONÔMICA E SETORIAL
ANÁLISE DOS FUNDAMENTOS DA EMPRESA
A ANÁLISE TÉCNICA DE AÇÕES
ANÁLISE GRÁFICA E INDICADORES TÉCNICOS

BIBLIOGRAFIAS

- SANTOS, J. et al. Análise do efeito segunda-feira no mercado de capitais brasileiro nos Períodos Ex ante (1995 a 2007) e Ex-post (2008 a 2012) à deflagração da Crise SubPrime. In: ENCONTRO DA ANPAD, 37, 2013. Rio de Janeiro, Anais... Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_FIN456.pdf. Acesso em: 7 dez. 2017.
- ASSAF NETO, A. Finanças corporativas e valor. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- SELEME, R. B. Diretrizes e práticas da gestão financeira e orientações tributárias. 1. ed. Curitiba: Ibpex, 2010.

DISCIPLINA:

CONTABILIDADE GERAL

RESUMO

Diante do atual cenário econômico, a contabilidade, mediante o estudo do Patrimônio, tem-se mostrado uma ferramenta essencial para a tomada de decisões. Fornecendo informações tanto para os usuários internos da empresa, como funcionários e diretores, quanto para os usuários externos, como governo, fornecedores e acionistas. A partir dos relatórios fornecidos pela Contabilidade é que são tomadas as decisões nas empresas, pois a Contabilidade é responsável pelo registro e apuração dos resultados de um determinado período. O objetivo desta disciplina consiste em apresentar aspectos a respeito das práticas da contabilidade aplicada às empresas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INSTRUMENTOS FINANCEIROS (IFRS 09 E CPC 48): CONCEITOS, DEFINIÇÕES E ABRANGÊNCIAS
OPERAÇÕES FINANCEIRAS: INTRODUÇÃO
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE CURTO E DE LONGO PRAZO
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS DE CURTO E DE LONGO PRAZO
FORMAS DE CONTABILIZAÇÃO

AULA 2

INVESTIMENTOS
ATIVO IMOBILIZADO
DEPRECIÇÃO E EXAUSTÃO DE ATIVOS IMOBILIZADOS
ATIVOS INTANGÍVEIS E AMORTIZAÇÃO

TESTE DE RECUPERABILIDADE – IMPAIRMENT

AULA 3

DESPESAS ANTECIPADAS
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES
DEPÓSITOS JUDICIAIS
EMPRÉSTIMOS PARA SÓCIOS E ACIONISTAS

AULA 4

PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES
PROVISÕES PARA PASSIVOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS
PROVISÃO PARA DANOS AMBIENTAIS
PROVISÃO PARA COMPENSAÇÕES OU PENALIDADES PARA QUEBRA DE
CONTRATO
PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS A EMPREGADOS (CPC 33)

AULA 5

FOLHA DE PAGAMENTO: CONCEITO E PROVENTOS
FÉRIAS E 13º SALÁRIO
DESCONTOS SOBRE FOLHA: FALTAS E ATRASOS, VALE-TRANSPORTE E
RETENÇÕES
ENCARGOS SOBRE FOLHA
CONTABILIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

AULA 6

CAPITAL SOCIAL: SUBSCRITO E INTEGRALIZADO E AÇÕES EM TESOURARIA
RESERVA LEGAL
RESERVA DE LUCROS
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO
DIVIDENDOS

BIBLIOGRAFIAS

- GRENDENE. Demonstrações financeiras. Grandene, 2020. Disponível em: <http://ri.grendene.com.br/PT/Informacoes-Financeiras/Demonstracoes-Financeiras>.
- GRENDENE. Informações Financeiras. 2020. Disponível em: <http://ri.grendene.com.br/PT/Informacoes-Financeiras/Demonstracoes->. Acesso em: 24 jun. 2021.
- ITAÚ UNIBANCO HOLDING S. A. Central de resultados – 2021. Itaú Unibanco Holding S. A., 2021. Disponível em: <https://www.itaubanco.com.br/relacoes-com-investidores/show.aspx?idCanal=Z2AYdEX2jdshfT3Lm16i7w==&linguagem=pt>. Acesso em: 2 jul. 2021.